

Regulamento de Trânsito e Estacionamento do Município da Trofa

Aprovado pela Assembleia Municipal da Trofa em 29 de fevereiro de 2012

PREÂMBULO

Considerando que:

- O Regulamento Municipal de Trânsito em vigor no Município da Trofa é anterior à Lei n.º 83/98, de 14 de dezembro que criou o concelho da Trofa e que desde a sua aprovação, ainda pelo Município de Santo Tirso, ocorreram inúmeras alterações legislativas ao nível da regulamentação do trânsito;

- O referido regulamento encontra-se, hoje, em muitos aspetos, desajustado da realidade atual do trânsito no concelho, pelo que urge a revisão das normas reguladoras do trânsito e estacionamento no concelho;

- Nas sociedades contemporâneas, na procura de soluções de mobilidade, prevalece o uso de veículos privados, gerando conseqüentemente exterioridades negativas, como os congestionamentos de vias, a poluição ambiental e os acidentes de trânsito, que afetam excessivamente os trofenses;

- O direito à mobilidade no espaço urbano, reconhecido a todos os cidadãos, impõe ao Município a necessidade de procurar solução aos problemas da mobilidade urbana procurando envolver a comunidade uma vez que sem o seu empenhamento não é possível o desenvolvimento de uma nova cultura de mobilidade urbana;

- Nos últimos tempos, o aumento de circulação rodoviária nas vias do concelho, tem-se acentuado, para o que muito contribuiu a não conclusão da Linha do Metro até à Trofa e o encerramento da linha de comboio existente, bem como a recente introdução de portagens nas antigas SCUT, pelo que se impõe a adoção de medidas disciplinando a circulação e o uso eficiente do automóvel, com respeito pelos peões;

- O significativo crescimento do trânsito em todo o Concelho justifica a necessidade de elaborar um regulamento de trânsito, que terá como principal objetivo criar os necessários mecanismos que permitam, no futuro, acautelar a disciplina da circulação, a organização viária, a organização do estacionamento de veículos automóveis, o comportamento dos condutores e sancionar os eventuais infratores;

- Assim, é elaborado o presente Regulamento de Trânsito e Estacionamento em conformidade com as disposições conjugadas do n.º 7 do artigo 112.º e artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea u) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação vigente, e da alínea a) do n.º 6 do mesmo

artigo, do artigo 15.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 dezembro, no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, diploma que alterou e republicou o Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, na sua redação atual e do artigo 3.º do Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua redação vigente, vem a Câmara Municipal, aprovar o projeto de Regulamento de Trânsito e Estacionamento do Município da Trofa, nos termos previstos na al. a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, o qual será posteriormente submetido à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da referida Lei n.º 169/99, de 18 de setembro:

CAPÍTULO I

Trânsito e estacionamento

Artigo 1º

Lei Habilitante e Objeto

1 – O presente Regulamento de Trânsito e Estacionamento do Município da Trofa é elaborado ao abrigo e nos termos do n.º 7 do artigo 112º e do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do disposto na alínea u), do n.º 1, na alínea f), do n.º 2 e na alínea a), do n.º 6, todos do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação vigente, do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril e do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 114/94, de 3 de maio, na sua redação em vigor, da alínea d) do n.º 1 do artigo 2.º e a alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/94, de 18 de julho, e a Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961.

2 – O presente regulamento estabelece as regras relativas ao ordenamento do trânsito e diversas modalidades de estacionamento, nas vias integradas no domínio público municipal, na área de jurisdição do Município da Trofa, em complemento das regras consagradas sobre esta matéria no Código da Estrada e demais legislação aplicável.

3 – O presente regulamento integra ainda as regras aplicáveis às vias do domínio privado, quando abertas ao trânsito público, em tudo o que não estiver especialmente regulado por acordo celebrado entre o Município e os respetivos proprietários.

4 – Os condutores de qualquer tipo de veículo ficam obrigados ao cumprimento do disposto no presente regulamento, sem prejuízo do cumprimento das disposições do Código da Estrada e da respetiva legislação complementar.

5 – Em tudo o que for omissa no presente regulamento, aplica-se o Código da Estrada e

demais legislação em vigor.

Artigo 2º

Sinalização

1 – Compete ao Município a sinalização permanente das vias municipais, assim como a aprovação da sinalização permanente nas vias do domínio privado, quando abertas ao trânsito público.

2 – A sinalização temporária compete ao promotor, adjudicatário ou responsável pelo evento ou obra, mediante aprovação prévia da Câmara Municipal.

3 – A sinalização deve obedecer ao disposto no Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua redação vigente, tendo ainda em atenção as disposições de carácter técnico emanadas das entidades competentes ou reguladoras.

4 – Em situações devidamente fundamentadas, a sinalização pode ser alterada e complementada, de forma a permitir maior segurança.

5 – As inscrições constantes dos sinais são escritas em português, salvo o que resulte das convenções internacionais.

6 – A sinalização que implicar alterações do regime normal de ordenamento do trânsito previsto no Código da Estrada é permitida mediante deliberação prévia da Câmara Municipal.

7 – Toda a sinalização rodoviária permanente é cadastrada em planta, sendo a mesma publicitada na página de internet do Município, e consta do **anexo II** ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante para todos os efeitos legais.

8 – Toda a sinalização a colocar no Município da Trofa deve, sem prejuízo do disposto na Lei, ser instalada de acordo com as especificações técnicas constantes do **anexo I** ao presente regulamento.

Artigo 3º

Ordenamento do trânsito

1 – O trânsito de veículos e de peões, o estacionamento e a paragem de veículos são efetuados de acordo com as regras gerais previstas no Código da Estrada, no presente regulamento e nas posturas e deliberações municipais, devendo respeitar a sinalização colocada nos locais.

2 – O ordenamento do trânsito na área do Município que implique alterações permanentes ao regime previsto no Código da Estrada e legislação complementar está sujeito a deliberação prévia da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.

3 – De modo a permitir a operacionalização do ordenamento do trânsito e a sua eficiente gestão, poderá a Câmara Municipal proceder a alterações provisórias às disposições do presente Regulamento, submetendo-as a ratificação da Assembleia Municipal na primeira sessão realizada após a respetiva deliberação, sob pena de anulabilidade.

Artigo 4º

Categoria de arruamentos

1 – Os arruamentos abrangidos pelo presente Regulamento são classificados nas cinco categorias seguintes:

- a) Arruamentos vedados a veículos, que passam a designar-se pela sigla AVV;
- b) Arruamentos partilhados, que passam a designar-se pela sigla APHL;
- c) Arruamentos de provimento local, que passam a designar-se pela sigla APL;
- d) Arruamentos da rede secundária, que passam a designar-se pela sigla ARS;
- e) Arruamentos da rede principal, que passam a designar-se pela sigla ARP;

2 – Os arruamentos previstos nas alíneas c) e d) do número anterior compreendem dois níveis de prioridade designados de Nível 1 e de Nível 2, sendo que o primeiro nível é hierarquicamente superior ao segundo e, por conseguinte, as vias de Nível 1 terão prioridade sobre as de Nível 2 estando, no local, devidamente assinaladas.

3 – Arruamentos vedados a veículos correspondem a eixos de via exclusivamente dedicados a peões, sendo proibido o trânsito a veículos motorizados com exceção do acesso a veículos de emergência e nas condições permitidas pela sua estrutura física.

4 – Os arruamentos partilhados correspondem a arruamentos de trânsito condicionado a veículos motorizados, com exceção dos de emergência e dos pertencentes a residentes e proprietários de terrenos, estabelecimentos comerciais e outras unidades de uso em edifícios, estando sujeitos aos seguintes condicionamentos:

- a) A circulação e paragem de veículos motorizados só serão permitidas por razões ocasionais de acesso à propriedade privada, por razões de carga e/ou descarga e de largada de pessoas, por períodos que não podem ultrapassar os 15 minutos;
- b) Os veículos nunca têm prioridade sobre os peões e a velocidade máxima de circulação poderá ser de 30 km/h, sempre devidamente assinalada;
- c) Quando a estrutura do arruamento o permita não pondo em causa o conceito de rua de encontro, passagem e estadia de pessoas, ou ainda a sua arborização e equipamento, a Câmara Municipal poderá permitir o estacionamento de veículos de residentes e proprietários, instituindo para isso uma forma minimalista de identificação de lugares.

5 – Os arruamentos de provimento local têm como função o abastecimento dos usos

neles localizados, designadamente a habitação, o comércio e outras atividades, em detrimento do eventual tráfego automóvel de atravessamento do setor urbano em causa, pelo que o seu tratamento deverá favorecer a circulação pedonal e de bicicletas e a arborização, em compatibilização com o estacionamento tolerado e as cargas e descargas, estando sujeitos aos seguintes condicionamentos:

a) Por razões ambientais a velocidade máxima de circulação poderá ser de 30 km/h, sempre que sinalizada;

b) A Câmara Municipal poderá colocar avisos de “trânsito sujeito a demora”, sempre que optar por promover as cargas e descargas na faixa de rodagem, em detrimento do tráfego de passagem.

6 – Os arruamentos da rede secundária têm como função principal ligar entre si eixos estruturantes, sendo de grande importância para a irrigação dos setores urbanos definidos pela rede principal segundo uma lógica de compatibilização entre o tráfego local de atravessamento e o apoio às atividades implantadas.

7 – Os arruamentos da rede principal têm como função principal estabelecer a ligação entre os diferentes setores do concelho, garantir a circulação intermunicipal e estabelecer as devidas conexões com a rede nacional que estrutura o território metropolitano e regional, segundo uma lógica de concentração de fluxos e de grande eficácia de desempenho, o que poderá determinar o recurso a meios tecnológicos de apoio à gestão de congestionamento.

Artigo 5º

Responsabilidade de Gestão

A responsabilidade de gestão do presente Regulamento incumbe à Câmara Municipal através das unidades orgânicas com atribuições quanto à matéria nos termos da respetiva Estrutura Orgânica da Câmara Municipal da Trofa e do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, bem como às forças policiais nas matérias da sua competência.

Artigo 6º

Acessos a propriedades

1 – Os veículos podem atravessar, utilizando o percurso mais curto possível, bermas ou passeios, para acesso ao interior de propriedades confinantes com o arruamento.

2 – A identificação de um local de acesso ao interior de propriedades faz-se, nos casos em cuja zona frontal esteja construído passeio sobrelevado, através de rampa fixa ou móvel e, no caso de não existir tal sobre-elevação ou a rampa ser móvel, através da afixação no portal de dístico de estacionamento proibido com o diâmetro de 0,40 metros e

com os dizeres previstos no Código da Estrada.

3 – A autorização para colocação do dístico referido no número anterior é requerida à Câmara Municipal.

Artigo 7º

Proibições

1 - Sem prejuízo das demais interdições constantes do Código da Estrada e de outros Regulamentos Municipais específicos, designadamente no Regulamento Municipal de Gestão de Espaços Verdes e Limpeza Urbana, e do Regulamento Municipal de Publicidade e Regulamento Municipal de Ocupação de Espaços Públicos e Mobiliário Urbano, nas vias públicas, é proibido:

- a) Danificar ou inutilizar, designadamente por derrube, afixação ou pintura, os sinais e equipamentos de trânsito e as placas de toponímia;
- b) Anunciar ou proceder à venda, aluguer, lavagem ou reparação de veículos;
- c) Causar sujidade e/ou obstruções;
- d) Circular com veículos que, pelas suas características, riskem ou danifiquem por qualquer modo o pavimento;
- e) Ocupar passeios com volumes ou exposições de mercadorias que impeçam a circulação pedonal de forma segura.

2 – O trânsito de veículos de tração animal, sem prejuízo do disposto para fins turísticos, efetiva-se nos termos do artigo 97.º do Código da Estrada.

Artigo 8º

Veículos afetos a publicidade e propaganda

Os veículos em serviço de publicidade só podem circular ou estacionar nas vias públicas com a respetiva licença, emitida nos termos do disposto nas regras regulamentares aplicáveis, em vigor no município.

Artigo 9º

Suspensão ou condicionamento do trânsito

1 – A suspensão e condicionamentos do trânsito regem-se pelo Código da Estrada e respetivas disposições regulamentares.

2 – O Município pode, por sua iniciativa ou com base em solicitações de entidades externas, alterar qualquer disposição respeitante à circulação e ao estacionamento quando se verifiquem eventos políticos, sociais, manifestações, festejos, procissões, provas desportivas ou outras ocorrências, que justifiquem as alterações e as medidas de segurança especiais a adotar.

3 – As atividades referidas no número anterior que estejam sujeitas a um ato permissivo do Município, tramitam ao abrigo das disposições regulamentares em vigor ou nos termos da lei geral, nos restantes casos.

4 – Sempre que se verifiquem causas anormais, que impliquem medidas excecionais no ordenamento do trânsito, tais como acidentes graves, catástrofes ou calamidades, pode a Câmara Municipal, mediante colocação de sinalização adequada, alterar pontualmente o ordenamento da circulação e estacionamento previamente definido.

5 – Quando, por motivo de obras e durante o período de tempo indispensável à sua realização, a circulação e o estacionamento não possam processar-se regularmente, pode a Câmara Municipal alterar o ordenamento da circulação e estacionamento, nos termos previstos no número anterior.

6 – O condicionamento de trânsito deve ser comunicado às autoridades previstas na lei, e publicitado pelos meios adequados, com a antecedência legal, salvo quando existam justificadamente motivos de segurança, de emergência ou de obras urgentes.

7 – Podem ser impostas restrições à circulação de determinadas classes de veículos em zonas específicas, mediante a colocação de sinalização adequada.

8 – A circulação de autocaravanas no concelho da Trofa é livre, salvo sinalização em contrário, sendo o seu estacionamento, fora dos parques de campismo e caravanismo, condicionado a áreas específicas devidamente delimitadas, nos termos de deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 10º

Velocidade

Sem prejuízo de limites inferiores impostos por sinalização regulamentar que se afigurem necessários, aplicam-se os limites de velocidade previstos no n.º 1 do artigo 27.º do Código da Estrada.

Artigo 11º

Licenças especiais de circulação e de cargas e descargas

Os pedidos de licenciamento de acesso a zonas vedadas ao trânsito e os pedidos de autorizações especiais de acesso para a realização de operações de carga e descarga, devem ser apresentados na sede do Município, com uma antecedência mínima de 5 dias em relação à data prevista.

Artigo 12º

Paragem e estacionamento

1 – A paragem e estacionamento efetuam-se de acordo com o Código da Estrada e

respetivas disposições regulamentares.

2 – Considera-se paragem a imobilização de um veículo pelo tempo estritamente necessário para a entrada ou saída de passageiros ou para breves operações de carga ou descarga, desde que o condutor esteja pronto a retomar a marcha e o faça sempre que estiver a impedir ou a dificultar a passagem de outros veículos.

3 – Considera-se estacionamento a imobilização de um veículo que não constitua paragem e que não seja motivada por circunstâncias próprias da circulação.

4 – A tipologia dos estacionamentos é aferida de acordo com as características viárias dos arruamentos que os servem e com o seu posicionamento relativamente ao eixo da via, podendo ser longitudinais, em espinha ou de topo.

5 – O estacionamento ou a paragem devem fazer-se nos locais especialmente destinados a esse fim e da forma indicada na respetiva sinalização ou na faixa de rodagem, devendo processar-se o mais próximo possível do limite direito da faixa de rodagem, paralelamente a esta e no sentido da marcha, salvo se, por meio de sinalização especial, a disposição ou a geometria indicarem outra forma.

6 – O condutor, ao deixar o veículo estacionado, deve guardar os intervalos indispensáveis para manobra de saída de outros veículos ou de ocupação de espaços vagos.

7 – O estacionamento deve processar-se de forma a permitir a normal fluidez do trânsito, não impedindo nem dificultando o acesso às habitações, estabelecimentos ou garagens, nem prejudicando a circulação de peões.

Artigo 13º

Proibição de paragem e estacionamento

1 – É proibido a paragem e o estacionamento nos casos previstos no artigo 49.º e 50.º do Código da Estrada.

2 – É proibida a paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros para receber ou largar passageiros fora dos locais assinalados para esse fim, competindo ao concessionário, no caso específico dos veículos pesados de transporte de passageiros afetos ao serviço da concessão urbana de transportes coletivos a operar dentro do município, a sinalização dos locais de paragem, segundo localização e modelo previamente aprovados pelo Município.

3 – Para além dos casos previstos no artigo 50.º do Código da Estrada, é proibido o estacionamento:

- a) Nos passeios e outros lugares públicos reservados a peões;

- b) Em frente das bocas e marcos de incêndio e da entrada de quartéis de bombeiros ou demais unidades de urgência, e de instalações de quaisquer forças de segurança;
- c) Nos locais e horários destinados às operações de carga ou descarga;
- d) De automóveis para venda na via e outros lugares públicos;
- e) Junto dos passeios onde, por motivo de obras, tenham sido colocados tapumes, salvo os veículos em serviço de carga e descarga de materiais procedentes dessas obras ou a elas destinadas e desde que não provoquem obstrução ou congestionamento de trânsito;
- f) De veículos pesados de mercadorias, e de pesados de passageiros, na via pública fora dos locais designados para o efeito;
- g) Em zonas ajardinadas.

4 – Sem prejuízo do expressamente disposto no Regulamento Municipal de Publicidade e no Regulamento Municipal de Ocupação de Espaços Públicos e Mobiliário Urbano, é proibida a ocupação da via e outros lugares públicos com quaisquer objetos destinados a reservar lugar para estacionamento de veículos ou a impedir o seu estacionamento, devendo ser imediatamente removido pelos serviços municipais tudo o que for encontrado nesses locais.

CAPÍTULO II

Ocupação do domínio público municipal com lugares de estacionamento para veículos de pessoas portadoras de deficiência

Artigo 14º

Pessoas com deficiência

1 – Qualquer particular que seja portador do Dístico de Identificação de Deficiente Motor, emitido nos termos do Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2011, de 27 de janeiro, pode solicitar ao Município uma licença de ocupação do espaço público com lugar de estacionamento para veículos de pessoas portadoras de deficiência, quer junto da sua residência, quer junto do seu local de trabalho.

2 – Os veículos destinados à utilização da pessoa com deficiência são identificados através do cartão de pessoa com deficiência, emitido pela entidade competente, a qual é inteiramente responsável pela sua emissão.

Artigo 15º

Duração

O licenciamento de ocupação do espaço público com lugar de estacionamento para veículos de pessoas portadoras de deficiência tem a duração de 12 meses, findos os quais os interessados devem renovar o pedido.

Artigo 16º

Alteração dos pressupostos

1 – Caso o particular referido no artigo 14.º proceda à mudança de viatura, de residência ou de local de trabalho, deve solicitar de imediato a substituição do painel adicional do qual conste a matrícula ou a retirada de toda a sinalética.

2 – Qualquer pedido de recolocação do painel adicional do qual consta a matrícula, bem como do sinal respetivo e dos painéis em um outro local, na sequência da mudança de viatura, de local de trabalho ou de residência segue a tramitação do pedido inicial.

Artigo 17º

Indeferimento

1 – O pedido de licenciamento de ocupação do espaço público com lugar de estacionamento para pessoa portadora de deficiência é indeferido quando pelas suas características técnicas ou físicas, tal licenciamento seja passível de impedir ou dificultar a normal circulação viária ou de comprometer a segurança automóvel ou pedonal.

2 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, os serviços podem sugerir ao requerente a atribuição de um lugar de estacionamento alternativo, o mais próximo possível do solicitado, onde exista a possibilidade de o materializar.

3 – Com a concordância expressa do interessado, quanto ao referido no número anterior ou a apresentação de novo requerimento é efetuada a necessária economia processual dos elementos que se mantenham válidos.

CAPÍTULO III

Estacionamento de Duração Limitada

Secção I

Normas gerais

Artigo 18º

Objeto

1 – O presente capítulo disciplina o estacionamento de duração limitada nas zonas a ele afetas, sem prejuízo do disposto no Código da Estrada e demais legislação.

2 – As zonas de estacionamento de duração limitada são fixadas por deliberação da Câmara Municipal e constam do **anexo II** do presente Regulamento e que dele faz parte integrante para todos os efeitos legais.

Artigo 19º

Período de limitação de estacionamento

A duração limitada do estacionamento no Município da Trofa vigora, das 9,00 horas às 19,00 horas, de segunda a sexta-feira e das 9,00 horas às 13,00 horas, aos sábados.

Artigo 20º

Limite de duração do estacionamento

1 – O estacionamento durante o período diário de limitação não pode exceder o máximo de duas horas.

2 – Tendo em conta situações locais das zonas de estacionamento de duração limitada, o limite máximo referido no número 1 poderá ser alargado ou reduzido por deliberação da Câmara Municipal.

3 – Fora dos limites horários estabelecidos nos números anteriores, o estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada é gratuito e não está condicionado ao período máximo estabelecido no número 1 do presente artigo.

4 – Nos espaços que lhes forem destinados, e devidamente sinalizados, estão isentos de limite máximo de duração de estacionamento:

- a) Os motociclos, os ciclomotores e os velocípedes com ou sem motor;
- b) Os veículos prioritários e das forças de segurança;
- c) Os veículos de deficientes motores, quando legalmente identificados.

Artigo 21º

Pagamento

1 – A utilização, nos termos do presente capítulo, das zonas de estacionamento de duração limitada durante o período diário de limitação de estacionamento, está sujeita ao pagamento de taxa, através da aquisição do respetivo título de estacionamento temporário válido para a respetiva zona, de acordo com a taxa aprovada pela Câmara Municipal

2 – Nas zonas de estacionamento de duração limitada, o período mínimo de cobrança é de 15 minutos.

3 – Sempre que o veículo estacionado não cumpra o disposto no presente Capítulo quanto à exibição de título de estacionamento válido, é sujeito à aplicação das coimas a

que houver lugar.

4 – Verificada qualquer das situações previstas no número anterior ou nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 164.º do Código da Estrada, as autoridades competentes para a fiscalização podem bloquear o veículo através de dispositivo adequado, impedindo a sua deslocação até que se possa proceder à remoção.

Artigo 22º

Classes de veículos

Podem estacionar nas zonas de estacionamento de duração limitada, devendo respeitar os espaços que dentro delas eventualmente lhes sejam destinados, durante o período diário de limitação de estacionamento ou fora deste período:

- a) Os veículos automóveis ligeiros, com exceção das autocaravanas;
- b) Os motociclos, os ciclomotores e os velocípedes;

Artigo 23º

Sinalização de zona

1 – As entradas e as saídas das zonas de estacionamento de duração limitada são devidamente sinalizadas, nos termos do Regulamento do Código da Estrada.

2 – As faixas das vias que no interior das zonas se destinam ao estacionamento serão delimitadas nos termos do Regulamento de Sinalização do Trânsito aprovado pelo Decreto-Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua redação vigente.

3 - As faixas das vias que se destinem às operações de carga e descarga serão sinalizadas nos termos do referido Regulamento de Sinalização do Trânsito

Artigo 24º

Lugares de estacionamento para veículos de pessoas com mobilidade reduzida

1 – Nos locais afetos a estacionamento de duração limitada devem ser reservados lugares de estacionamento para os veículos utilizados por pessoas portadoras de deficiência, identificados com o respetivo dístico.

2 – Poderão ser criados, por deliberação da Câmara Municipal, lugares de estacionamento para veículos conduzidos por cidadãos com outro tipo de mobilidade reduzida, nomeadamente para idosos, grávidas e por acompanhantes de crianças de colo.

3 – O número de lugares reservados para veículos conduzidos por pessoas portadoras de deficiência, em cada zona é determinado de acordo com o disposto na secção 2.8 do anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

4 – O estacionamento nestes lugares não dispensa os utilizadores da aquisição do título de estacionamento respetivo.

Artigo 25º

Pontos de carregamentos para veículos elétricos

Por deliberação da Câmara Municipal, poderão ser delimitadas, no interior das zonas de estacionamento de duração limitada, pontos de carregamentos para veículos elétricos, conforme o previsto no Plano Municipal para a Mobilidade Elétrica – MOBI.E.

Artigo 26º

Responsabilidade

O Município da Trofa não incorre em qualquer tipo de responsabilidade, civil, penal ou outra perante o utilizador da zona de estacionamento de duração limitada ou terceiros, designadamente por danos, furtos ou outros factos que envolvam as viaturas ou os utentes.

Artigo 27º

Isenções

Estão isentos do pagamento de taxa pela utilização das zonas de estacionamento de duração limitada:

- a) Os veículos em operações de carga e descarga, dentro do horário para tal fixado e nos locais atribuídos ou sinalizados para o efeito, fundamentando-se a presente isenção nas características próprias das operações de carga e descarga e na necessidade de evitar os constrangimentos que estas operações podem provocar;
- b) Os veículos ao serviço da Câmara Municipal da Trofa;
- c) Os veículos das Empresas Municipais do Município da Trofa, quando devidamente identificados, fundamentando-se a presente isenção na prossecução dos seus fins estatutários e diretamente relacionados com os poderes delegados pelo Município;
- d) Os veículos dos bombeiros, as ambulâncias e os veículos das forças de segurança, quando em serviço, e outros veículos quando em prestação de socorro ou de serviço urgente de interesse público, devidamente assinalada, fundamentando-se a presente isenção na natureza excecional e prioritária destas situações;
- e) Os veículos elétricos devidamente identificados, fundamentando-se a presente isenção como medida de incentivo prevista no Plano Municipal para a Mobilidade Elétrica – MOBI.E, com vista à promoção da adoção de veículos elétricos, face aos benefícios ambientais traduzidos na redução das emissões de poluentes associadas ao sistema de transportes, com consequências diretas na melhoria da qualidade do ar e do ruído e à

divulgação e publicidade da utilização do veículo elétrico junto da opinião pública

Artigo 28º

Estacionamento ou paragem proibidos

1 – É proibido o estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada em desconformidade com o presente regulamento.

2 – Nos parques e zonas de estacionamento é proibido estacionar:

- a) Veículos destinados à venda de quaisquer artigos ou a publicidade de qualquer natureza;
- b) Automóveis pesados utilizados em transporte público, quando não estejam em serviço;
- c) Veículos agrícolas, máquinas industriais, reboques ou semirreboques quando não atrelados ao veículo trator, salvo nos parques de estacionamento especialmente destinados a esse efeito;
- d) Veículos de classes diferentes daquelas a que o parque, zona ou lugar de estacionamento tenham sido exclusivamente afetos;
- e) Por tempo superior ao estabelecido ou no incumprimento das normas relativas ao pagamento e ao título de estacionamento;
- f) Ocupando mais de um lugar de estacionamento;
- g) Mantendo o motor ligado para além do período de tempo estritamente necessário para o estacionamento ou para o reinício da marcha, tratando-se de parque ou zona de estacionamento cobertos;
- h) Veículos ostentando qualquer informação com vista à sua transação.

Secção II

Títulos de estacionamento

Artigo 29º

Títulos de estacionamento

Os títulos de estacionamento são os seguintes:

- a) Título de estacionamento temporário;
- b) Cartão de residente.

Subsecção I

Estacionamento temporário

Artigo 30º

Título de estacionamento temporário

1 – O estacionamento de duração limitada implica a aquisição do respetivo título de estacionamento temporário válido para a respetiva zona, sem prejuízo no disposto no artigo seguinte.

2 – O título de estacionamento temporário deve ser adquirido nos equipamentos destinados a esse efeito e colocado no interior do veículo, junto ao para-brisas, no canto inferior direito, de maneira a que as menções nele constantes sejam perfeitamente visíveis e legíveis do exterior, caso contrário presume-se que o condutor não é detentor de título válido.

3 – Findo o período de tempo para o qual é válido o título de estacionamento temporário exibido no veículo, deve o utilizador, em alternativa:

a) Adquirir novo título, que deve ser colocado junto do primeiro, no caso de não se ter ainda esgotado o período de tempo para o qual este é válido;

b) Retirar o veículo da zona de estacionamento de duração limitada.

4 – Caso o equipamento destinado à obtenção do título esteja avariado o interessado deve dirigir-se ao equipamento mais próximo dentro da mesma zona.

Subsecção II

Residentes

Artigo 31º

Cartão de residente

1 – O cartão de residente, de modelo a aprovar pela Câmara Municipal, titula a possibilidade de estacionar sem necessidade de aquisição do respetivo título de estacionamento temporário numa determinada zona de estacionamento de duração limitada e sem qualquer limite temporal, podendo aí ser atribuídos ou sinalizados locais para esse efeito.

2 – O cartão de residente deve ser colado no vidro da frente da viatura, com o rosto para o exterior, de maneira a que as menções nele constantes sejam perfeitamente visíveis e legíveis.

3 – O cartão de residente é atribuído às pessoas singulares que residam em fogos situados dentro de uma zona de estacionamento de duração limitada, previamente delimitadas, que sejam, em alternativa:

a) Proprietárias de um veículo automóvel;

b) Adquirentes de um veículo automóvel com reserva de propriedade;

c) Locatárias, em regime de locação financeira, aluguer de longa duração ou *renting* de um veículo automóvel;

d) Titulares do direito de utilização de um veículo automóvel por causa do exercício de atividade laboral.

4 – Por cada fogo pode ser atribuído um cartão de residente, adquirido mediante o pagamento do valor fixado na Tabela de Taxas e Licenças do Município da Trofa.

5 – O cartão de residente é atribuído pela Câmara Municipal, com a validade de um ano civil, caducando sempre no fim de cada ano civil, salvo, se houver pedido de renovação do mesmo, nos termos do número 3 do artigo seguinte.

6 – A zona onde o residente pode beneficiar das regalias concedidas pelo respetivo cartão é fixada pela Câmara Municipal e corresponde no máximo aos dois arruamentos mais próximos da sua residência onde vigora o regime da zona de estacionamento de duração limitada.

Artigo 32º

Instrução do pedido

1 – O pedido de emissão de cartão de residente é formulado, mediante o preenchimento de formulário próprio e exibição, para conferência, dos originais, válidos e atualizados, cumulativamente, dos seguintes documentos:

a) Bilhete de identidade ou cartão de cidadão, nos termos do n.º 4 do artigo 13.º da Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, e, no caso de cidadãos estrangeiros, passaporte e autorização de residência ou outro título que ateste a residência no local;

b) Cartão de contribuinte;

c) Documento comprovativo de morada;

d) Título de registo de propriedade do veículo ou, conforme o caso, do contrato que titula a aquisição com reserva de propriedade, contrato de locação financeira ou de aluguer de longa duração, declaração da entidade empregadora que ateste a matrícula do veículo automóvel atribuído, o nome e a morada do seu utilizador e o vínculo laboral com ela existente;

e) Carta de condução

2 – No caso de cidadão da união europeia o passaporte a que se refere a alínea a) do número anterior é substituído pelo cartão de identidade respetivo, acompanhado do certificado de registo de cidadão da união europeia.

3 – O pedido de renovação para o ano seguinte deverá ser efetuado, durante o mês de Dezembro, mediante apresentação e troca do cartão anterior, por meio de requerimento

aprovado pela Câmara Municipal, instruído com os documentos indicados no número anterior;

4 – A discrepância entre elementos instrutórios implica a rejeição do pedido, sem prejuízo da promoção de procedimento contraordenacional aplicável, nos termos do Código da Estrada.

5 – A verificação, posterior à atribuição do título, de que os dados prestados ou documentos apresentados não correspondem à verdade ou à situação que lhe deu origem, implica, por parte da autoridade competente, à cassação do mesmo, sem prejuízo da responsabilidade contraordenacional ou penal a que haja lugar.

6 – Sempre que exista necessidade, por motivos ponderosos e fundamentados, designadamente de ordem gestonária ou tecnológica, a Câmara Municipal pode efetuar, por sua iniciativa, a recolha e substituição dos cartões.

Artigo 33º

Utilização do Cartão de Residente

1 – O cartão de residente deve ser colocado de acordo com o previsto no número 2 do artigo 30.º deste Regulamento.

2 – Os titulares do cartão de residente são inteira e exclusivamente responsáveis pela sua correta utilização, determinando a inobservância do preceituado neste artigo a invalidação do cartão e o ressarcimento dos prejuízos resultantes da eventual utilização indevida do mesmo por terceiros, para além da aplicação da coima regulamentarmente prevista.

3 – Em caso de roubo, furto, extravio ou deterioração do cartão de residente, o seu titular deve comunicar de imediato o facto à Câmara Municipal.

4 – O cartão de residente deve ser imediatamente devolvido sempre que o seu titular deixe de residir na zona de estacionamento de duração limitada respetiva, aliene ou substitua o seu veículo ou se alterem os pressupostos sobre os quais assentou a sua atribuição.

5 – No caso de mudança do veículo é necessária a apresentação dos documentos referidos no número 1 do artigo anterior, incluindo o relativo ao novo veículo e a devolução, sempre que possível, do cartão anterior.

CAPÍTULO IV

Fiscalização

Artigo 34º

Autoridades de fiscalização

1 – A fiscalização do cumprimento do presente Regulamento incumbe às unidades orgânicas com competência em relação à matéria, bem como às forças policiais.

2 – No exercício das funções de fiscalização referidas cabe aos elementos das entidades referidas nos números anteriores, o levantamento do auto de notícia e proceder às notificações nos termos do Código da Estrada.

CAPÍTULO V

Infrações e Sanções

Secção I

Disposições Gerais

Artigo 35º

Âmbito

A previsão e punibilidade das infrações expressamente previstas no presente regulamento não preclude o levantamento de auto de notícia e o subsequente procedimento contraordenacional quanto às demais infrações constantes do Código da Estrada, ou da demais legislação e da regulamentação aplicável, por parte das entidades fiscalizadoras concretamente competentes.

Secção II

Infrações e Sanções ao disposto no presente Regulamento

Artigo 36º

Infrações e sanções

1 – Sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, as infrações às normas constantes do presente regulamento, constituem contraordenação, punidas com coima nos termos expressamente previstos do Código da Estrada e legislação conexa.

2 – A violação das proibições constantes do n.º 3 do artigo 13.º do presente Regulamento constitui contraordenação, punida com coima de 30,00€ a 150,00€.

3 – As sanções previstas nas alíneas do número anterior podem, caso aplicadas a pessoas coletivas, atingir o dobro do montante superior da respetiva moldura contraordenacional, sempre com respeito dos limites legalmente consagrados.

4 – A negligência é sempre punível.

Artigo 37º

Infrações e sanções ao disposto no Capítulo III

1 – As infrações ao disposto no Capítulo III do presente Regulamento constituem

contraordenação puníveis da seguinte forma:

a) Quem utilizar de forma incorreta o cartão de residente ou permitir a sua utilização por terceiros é sancionado com coima de 1/6 a 1/2 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida;

b) Quem infringir o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 28.º é sancionado com coima de 1/5 a 4 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida;

c) Quem infringir o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 28.º é sancionado com coima de 1/6 a 3 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida.

d) Quem infringir o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 28.º é sancionado com coima de 1/10 a 3 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida.

e) Quem infringir o disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 28.º é sancionado com coima de 1/12 a 3 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida.

f) Quem infringir o disposto nas alíneas f) e g) do n.º 2 do artigo 28.º é punível com coima de 30 a 150 euros, por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de abril.

g) Quem infringir o disposto nas alíneas h) do n.º 2 do artigo 28.º é sancionado com coima de 3 a 6 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida.

2 – As sanções previstas nas alíneas do número anterior podem, caso aplicadas a pessoas coletivas, atingir o dobro do montante superior da respetiva moldura contraordenacional, sempre com respeito dos limites legalmente consagrados.

3 – A negligência é sempre punível.

Artigo 38º

Bloqueamento e remoção

1 – Sem prejuízo da aplicação das contraordenações a que haja lugar podem ser removidos os veículos que se encontrem:

a) Estacionados indevida ou abusivamente, nos termos previstos no presente Regulamento ou do Código da Estrada e demais legislação conexa;

b) Em local em que impeça o acesso a outros veículos devidamente estacionados ou a saída destes;

2 – Ao abandono, bloqueamento e remoção de veículos, aplicam-se as normas constantes do Regulamento Municipal de Remoção de Veículos Automóveis em vigor no Município da Trofa.

Secção II
Do Processo Contraordenacional
Artigo 39º

Processo contraordenacional

- 1 – O processamento das contraordenações rodoviárias a que se refere o artigo 36.º do presente regulamento compete à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.
- 2 – A instauração, instrução do processo de contraordenação e decisão de aplicação das coimas previstas no artigo 37.º do presente Regulamento, é da competência do Presidente da Câmara, sendo delegável e subdelegável, nos termos da lei.
- 2 – À tramitação dos processos de contraordenação aplica-se o disposto no Regime Geral das Contraordenações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação vigente.
- 3 – Quando a lei não disponha de forma diversa, o produto das coimas, mesmo quando estas sejam fixadas em juízo, constitui receita do Município.
- 4 – Em caso de reincidência e quando a culpa do agente e a gravidade da infração o justifique, para além das coimas previstas nas secções anteriores do presente capítulo, pode ser aplicada uma sanção acessória, nos termos do Regime Geral das Contraordenações.
- 5 – No âmbito da instrução dos processos contraordenacionais deve promover-se a necessária articulação de bases de dados e meios informáticos para agilizar a necessária tramitação processual.

Artigo 40º

Responsabilidade civil e criminal

A aplicação das sanções supra referidas não isenta o infrator da eventual responsabilidade civil ou criminal emergente dos factos praticados.

Artigo 41º

Cumprimento do dever omitido

Sempre que a contraordenação resulte de omissão de um dever, o pagamento da coima não dispensa o infrator de dar cumprimento ao dever omitido, se este ainda for possível.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 42º

Adequação normativa

No prazo de um ano após a entrada em vigor do presente Regulamento, a Câmara Municipal procederá à revisão dos Regulamento Municipais direta ou indiretamente relacionados com o ordenamento do trânsito.

Artigo 43º

Títulos de estacionamento

Os títulos de estacionamento referidos no artigo 29.º, existentes até à entrada em vigor do presente regulamento devem ser substituídos no prazo máximo de seis meses a partir da entrada em vigor do mesmo.

Artigo 44º

Interpretação e preenchimento de lacunas

Sem prejuízo da legislação aplicável, a interpretação e os casos omissos ao presente Regulamento são resolvidos mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal.

Artigo 45º

Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente regulamento, cessa a vigência do Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso aprovado pela Assembleia Municipal daquele concelho em 11 de dezembro de 1996, com as alterações aprovadas pelo mesmo órgão em 22 de setembro de 1997, na parte em que se aplicava à área geográfica do concelho da Trofa.

Artigo 46º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no prazo de 30 dias úteis a contar da sua Publicitação.